



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura Fátima Maria de Lima Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos Ana Margarete Gomes da Silva Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida Maikon Geovane Oliveira Vila Nova Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	280

A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)

Osmar Oliveira de Moura

Universidade Federal do Tocantins (UFT),
curso de Licenciatura em Geografia, Câmpus
Araguaína-TO

Fátima Maria de Lima

Universidade Federal do Tocantins (UFT),
curso de Licenciatura em Geografia, Câmpus
Araguaína-TO

Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues

Universidade Federal do Tocantins (UFT),
curso de Licenciatura em Geografia, Câmpus
Araguaína-TO

Patrícia Fonseca Dias Miranda

Universidade Federal do Tocantins (UFT),
curso de Licenciatura em Geografia, Câmpus
Araguaína-TO

RESUMO: O tema gênero tem gerado tensões na política educacional brasileira, e narrativas conservadoras buscam silenciá-lo. Esta investigação tem como objetivo geral: conhecer a fundamentação dos discursos dos/as vereadores/as, que votaram favoravelmente à exclusão do debate de gênero do PME-TO (2015), bem como a dos/as religiosos/as que a apoiaram. Os objetivos específicos são: identificar as semelhanças e as diferenças nas justificativas apresentadas para excluir a questão de gênero dos Planos de Educação (2014 e 2015) e da BNCC (2017) e seus reflexos para os currículos da educação básica, especialmente

na cidade de Araguaína-TO; analisar as concepções de gênero dos/as vereadores/as e dos/as religiosos/as de Araguaína-TO, que foram contrários à inclusão do debate de gênero(s) nos currículos da educação básica. Justifica-se pela sua relevância acadêmica e social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica e documental. Tem-se como resultados preliminares, que a questão de gênero foi excluída do PME-TO (2015), a semelhança do que ocorreu no PNE (2014) e na BNCC (2017). Verificou-se também que as narrativas dos/as vereadores/as e religiosos/as, que se opuseram à inclusão de gênero do PME-TO (2015) são equivalentes e fundamentam-se nos discursos de proteção à família, no entendimento de gênero enquanto sinônimo de sexo e/ou de orientação sexual, e/ou de identidade sexual. Portanto, pode-se inferir, preliminarmente, que a exclusão da questão de gênero dos Planos de Educação e da BNCC (2017) foi de abrangência nacional e tem como um dos seus fundamentos o Escola “Sem” Partido.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Planos. BNCC.

ABSTRACT: Gender theme has caused tensions in Brazilian educational policy, and conservative narratives try to silence it. This research has as a general objective: to know

the validity of the councilors' speeches, who voted in favor of exclusion of the gender discussion in PMEATO (2015), as well as the religious people who supported it. The specific objectives are: to identify the similarities and differences in the justificatives presented to eliminate gender issues of the Education Plans (2014 and 2015) and BNCC (2017) and their consequences for the Elementary Education Curricula, especially in the town of Araguaína-TO; to analyze gender conceptions of the city councilors and religious people in Araguaína-TO, who opposed the inclusion of gender discussion in Elementary Education Curricula. This study is justified by its academic and social relevance. It is a qualitative exploratory research and a bibliographic and documentary search. The preliminary results point out to the exclusion of gender issues in PMEATO (2015), likewise to what happened in PNE (2014) and BNCC (2017). In addition, it was verified that the narratives of city councilors and religious individuals, who opposed the inclusion of gender issues in PMEATO (2015), are similar and are based on discourses of protection to the family, understanding that gender is synonymous of sex and/or sexual orientation or identity. Therefore, it can be inferred, preliminarily, that the exclusion of gender issues in Education Plans and BNCC (2017) was a national phenomenon and it is based on the idea of "No" Political Party at School.

KEYWORDS: Education. Gender. Plans. BNCC.

1 | INTRODUÇÃO

Política Educacional e gênero(s) em Araguaína-TO (2015-2017): diálogos silenciados?

O presente estudo busca investigar as narrativas de políticos/as e religiosos/as para justificar a exclusão do debate de gênero do texto do Plano Municipal de Educação de Araguaína-TO de 2015 - PMEATO/2015 (ARAGUAÍNA, 2015a) e suas mediações com as narrativas discursivas, que justificaram também a exclusão dessa questão do Plano Nacional de Educação de 2014 - PNE/2014 (BRASIL, 2014), bem como dos temas da Base Nacional Comum Curricular de 2017- BNCC/2017 (BRASIL, 2017).

Esta pesquisa tem como território de investigação as narrativas discursivas dos/as vereadores/as da Câmara Municipal de Araguaína-TO – CMA-TO, durante o processo de aprovação do PMEATO (ARAGUAÍNA, 2015a). A CMA-TO é composta por 17 (dezesete) vereadores/as (ARAGUAÍNA, 2016).

O espaço de abrangência do PMEATO (ARAGUAÍNA, 2015a) é o município de Araguaína-TO, que possui uma população de 150.484 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 (IBGE, 2010). Araguaína faz parte do estado do Tocantins (TO), criado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) de 1988, através do desmembramento do norte do estado de Goiás.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica e documental, que se encontra em andamento. Sendo assim, apresentam-se aqui os

resultados preliminares desta investigação.

Portanto, a pesquisa bibliográfica e documental encontra-se em processo de fichamento e análise. Atualmente, elabora-se a revisão da literatura de autoras e autores como: Beauvoir (1970), Butler (2003), Foucault (1984), Guedes (1995), Louis (2006), Scott (1995) e outros/as sobre o conceito de gênero, bem como o levantamento das narrativas discursivas e de seus fundamentos teóricos para excluir a questão de gênero do território escolar, presentes em fontes documentais e jornalísticas.

2 | OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Conhecer a fundamentação dos discursos dos/as vereadores/as, que votaram favoravelmente à exclusão do debate de gênero do texto do PMEA-TO/2015-2025 (ARAGUAÍNA, 2015a), bem como a dos/as religiosos/as que a apoiaram.

2.2 Objetivos específicos

Identificar as semelhanças e as diferenças nas justificativas apresentadas para excluir a questão de gênero dos Planos de Educação (2015) e da BNCC (2017) e seus reflexos para os currículos da educação básica, especialmente na cidade de Araguaína-TO.

Analisar as concepções de gênero dos/as vereadores/as e dos/as religiosos/as de Araguaína-TO, que foram contrários à inclusão do debate de gênero(s) nos currículos da educação básica.

3 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica e documental, em andamento. Em termos metodológicos encontra-se organizada em 03 (três) momentos. No primeiro momento elaborou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema. No segundo momento levantou-se fontes primárias e secundárias, especialmente fontes oficiais e jornalísticas. O terceiro momento encontra-se em andamento, ou seja, trata-se da análise das fontes coletadas através da escrita de: fichamentos, relatórios, resumos e artigos científicos.

4 | RESULTADOS PRELIMINARES

Verificou-se, como resultados preliminares desta investigação, que a questão de gênero foi excluída do PMEA-TO/2015-2025 (ARAGUAÍNA, 2015a), a exemplo do que ocorreu no Plano Nacional de Educação/2014-2024 (BRASIL, 2014) e na Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). Na pesquisa documental que será ampliada, foram identificadas fontes jornalísticas e oficiais que revelam a exclusão desse debate do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a), a saber:

Fonte	Tipo de documento	Ano, número, local, dia, mês e página	Título	Conteúdo
Ata manuscrita	Ata da 8ª sessão ordinária	Araguaína, 23 de junho de 2015, p.62-72	Ata da 8ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Araguaína - TO	Relata o processo de votação e de aprovação do PME-TO (2015), marcado pela exclusão do debate de gênero do seu texto.
Jornal do Tocantins	M a t é r i a jornalística	Ano 36, Nº 6486, Palmas, 26 de junho de 2015, p.7	“Em Araguaína, PME também exclui”	Faz menção que o PME-TO (2015) substituiu o termo gênero, por sexo e excluiu ou substituiu as palavras gênero e diversidade no documento por outros termos.
Jornal do Tocantins	M a t é r i a jornalística	Ano 36, Nº 6488, Palmas, 28 de junho de 2015, p.2	“Araguaína”	Diz que o PME-TO (2015) recebeu duas emendas.
Ministério da Educação (MEC)	Nota técnica (NT)	NT, Nº 24 / 2015, Brasília, 12 de agosto de 2015	“Nota técnica, nº 24/2015[...]”	Reitera a importância dos conceitos de gênero e orientação sexual para o desenvolvimento das políticas e educacionais e do processo pedagógico.
Jornal do Tocantins	M a t é r i a jornalística	Ano 36, Nº 6553, Palmas, 12 de setembro de 2015, p.6	“ C o n s e l h o orienta inclusão de ‘gênero’ em planos”	Informa que o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomendou, em nota técnica, que os planos de educação sejam revistos para inserirem a questão de gênero em seu texto.

Quadro 1- Fontes pesquisadas sobre o processo de aprovação dos Planos de Educação, especialmente de Araguaína-TO

Fonte: Pesquisa documental/ mar. /2018, Org.: Lima.F.M.

Na documentação pesquisada até o presente, em especial na Ata da 8ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Araguaína-TO, de 23 de junho de 2015, que aprovou o PME-TO (ARAGUAÍNA 2015a), verificou-se que participaram da votação 16 (dezesesseis) vereadores/as. Sendo que 08 (oito) vereadores votaram favoráveis à exclusão da palavra gênero do texto do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a) e 06 (seis) vereadores/as votaram contrários/as à exclusão da questão de gênero do Plano. Houve 02 (duas) abstenções: a do vereador presidente da Câmara Municipal e de outro vereador. Ocorreu também a ausência de 01 (uma) vereadora que justificou sua ausência (ARAGUAÍNA, 2015b, p. 68).

Identificou-se também na Ata da 8ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Araguaína-TO (ARAGUAÍNA, 2015b), que nesta sessão houve a participação de religiosos/as: evangélicos e católicos, que pressionaram os/as vereadores/as para que

excluísem a dimensão de gênero da redação do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a). Observou-se que a problemática de gênero foi identificada como uma ideologia, que colocava em risco o direito da família de educar seus/suas filhos/as, bem como colocava em risco crianças e adolescentes em relação à sua identidade sexual etc. Essa posição foi identificada também nos discursos dos/as vereadores que votaram favoravelmente à exclusão da temática de gênero. (ARAGUAÍNA, 2015b).

Verificou-se ainda que há diferença na compreensão do significado da questão de gênero nos discursos dos/as vereadores/as e religiosos/as de Araguaína-TO em relação às teóricas feministas, que trabalham essa temática. A polissemia da palavra gênero apesar de não ter sido identificada nos discursos dos/as vereadores/as e nem nos dos/as religiosos/as, influenciou, entretanto, o debate e percebeu-se que a complexidade do significado da categoria gênero foi sentida por eles/as. Contudo, limitaram os significados de gênero a uma questão moral que, segundo eles/as, serviria para confundir crianças e adolescentes em relação à sua identidade sexual. Sendo assim, nesta visão, seria prudente abster-se dela no teor do documento do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a), para proteger, no seu entender, as crianças, os adolescentes e a família.

Em sentido diverso a essa perspectiva, Scott (1995, p. 73-86), entende gênero como “[...] uma categoria de análise [...]” e funciona “[...] como uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]”, ou seja, entender como os papéis sociais foram impostos historicamente pela sociedade.

Já Butler (2003) entende gênero enquanto construção discursiva cultural, que não se limita ao sexo biológico. Ela critica a cultura heteronormativa e binária, que oprime mulheres, gays e lésbicas.

Percebe-se assim, que a questão de gênero é complexa e polissêmica. Então, para entendê-la faz-se necessário ter um conhecimento mínimo dessa multiplicidade de significados para não o limitar.

De acordo com as fontes levantadas até o presente, nesta pesquisa, percebeu-se que o debate favorável à exclusão da questão de gênero no PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a) teve o apoio de religiosos/as: católicas e evangélicas. Há relatos de vereadores que afirmam que consultaram líderes religiosos antes da votação. Esses políticos justificaram a exclusão desse debate como uma forma de defesa dos valores da família (ARAGUAÍNA, 2015b, p. 66-67).

Outro discurso, de um dos vereadores, revela-nos seu entendimento do debate de gênero como sinônimo de orientação sexual: “Eu acredito que, a orientação sexual é dever das famílias e, para as escolas, cabe a educação básica da criança.” (MENDES, 2015, p. 7). O que demonstra haver um equívoco em relação ao conceito desta categoria de análise.

Percebeu-se que ocorreram pressões das igrejas, tanto católica quanto evangélicas, alguns pais e professores, que defenderam o direito da família em continuar discutindo o ensino sobre sexualidade em casa (ARAGUAÍNA, 2015b).

Em relação à exclusão da temática de gênero do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a) e suas mediações com o PNE (BRASIL, 2014) e a BNCC (BRASIL, 2017) são problemáticas, que serão desenvolvidas ao longo desta pesquisa, que encontra-se em desenvolvimento.

Portanto, esta pesquisa encontra-se em andamento e as considerações ora apresentadas são de caráter preliminar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, em termos preliminares, verificou-se que as narrativas discursivas dos/as vereadores/as e religiosos/as, que se opuseram à inclusão da problemática de gênero no texto do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a) são semelhantes e fundamentam-se nos discursos de proteção à família, no entendimento de gênero enquanto sinônimo de sexo e/ou de orientação sexual, e/ou de identidade sexual.

Percebe-se aqui que seus fundamentos e significados são diametralmente diversos do entendimento de autoras feministas como: Butler (2003) e Scott (1995), que definem a categoria gênero em termos gerais, como um território de poder, que possui múltiplos significados e que trata-se de uma construção cultural e não, biológica.

Verificou-se também semelhança nas narrativas discursivas dos/as vereadores/as e religiosos/as de Araguaína-TO, como as narrativas discursivas difundidas pelo Escola “Sem” Partido. (FRIGOTTO, 2017).

Portanto, é possível inferir, de forma provisória, que o movimento de exclusão da questão de gênero dos Planos de Educação e da BNCC/2017 (BRASIL, 2017) foi de abrangência nacional e tem como um dos seus fundamentos as narrativas do Escola “Sem” Partido, que advogam a neutralidade político-ideológica da ação pedagógica.

REFERÊNCIAS

ARAGUAÍNA. Lei Municipal nº 2957, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Araguaína, Estado do Tocantins e dá outras providências. **Diário Oficial** (da cidade de Araguaína - Estado do Tocantins), Araguaína, Suplemento do Diário Oficial, n. 864, p. 1-29, 24 jun. 2015a. Disponível em: <<https://diariooficial.araguaina.tk/Arquivo/DiarioOficialSuplemento/pdf/5.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. Câmara Municipal da Cidade de Araguaína – TO. Ata da 8ª sessão ordinária. (manusc.). Araguaína, 23 jun. 2015b, **Livro de Atas**, p. 62-72.

_____. **Lei Orgânica do Município de Araguaína – Tocantins**. Araguaína, 2016. Disponível em: <<http://araguaina.to.leg.br/a-camara/lei-organica-do-municipio/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão [...]. **Nota técnica nº 24/2015** – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: 1ª versão.** Set. 2015. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: 2ª versão revista.** Abr.2016. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. 3ª Versão** – Conteúdo em discussão no CNE. Texto em revisão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Versão final.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Marcelo Santos. Araguaína. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 28 jun. 2015, Antena Ligada, Política, p.2.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ/ LPP, 2017.

GUEDES, M^a. Gênero, o que é isso?. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/02.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Araguaína. **IBGE**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

JORNAL DO TOCANTINS. Conselho orienta inclusão de ‘gênero’. Sessão Educação. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 12 de setembro de 2015. Geral, p. 6.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa gênero?. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 711-724, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n3/a08v21n3.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2018.

MENDES, Gláucia. Em Araguaína, PME também exclui. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 26 jun. 2015. Geral, p. 7.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

